

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AMBIENTAIS
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL**

**João Vinicius de Sá Gonçalves
Willian Rotermei Grando**

**POLÍTICA AMBIENTAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
GRANDE DOURADOS**

**DOURADOS/MS
SET/2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AMBIENTAIS
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL**

João Vinicius de Sá Gonçalves
Willian Rotermel Grando

**POLÍTICA AMBIENTAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
GRANDE DOURADOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof.(a) Dr(a). Vera Luci de Almeida

DOURADOS/MS

SET/2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G635p	<p>Gonçales, João Vinícius de Sá. Política ambiental em universidades federais brasileiras : uma análise da Universidade Federal da Grande Dourados. / João Vinícius de Sá Gonçales, Willian Rotermeel Grandó. – Dourados, MS : UFGD, 2017. 40f.</p> <p>Orientadora: Prof. Dra. Vera Luci de Almeida. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Gestão ambiental em universidades federais. 2. ISO 14001. 3. Criação de políticas ambientais. I. Grandó, Willian Rotermeel. II. Título.</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

**JOÃO VINICIUS DE SÁ
GONÇALES**

**WILLIAN ROTERMEL
GRANDO**

**POLÍTICA AMBIENTAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
GRANDE DOURADOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais para a obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Aprovado em: 01/09/2017

BANCA EXAMINADORA

VERA LUCI DE ALMEIDA
Orientadora

CLÁUDIO ARCANJO DE SOUZA

SIMONE CECCON

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Luis Inácio Lula da Silva por possibilitar a criação da UFGD, a qual me proporcionou a oportunidade de estudar e graduar em uma Universidade Federal.

À professora Vera Luci de Almeida pela paciência e dedicação que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Ao meu amigo João Vinicius de Sá Gonçales, que me acompanhou na construção deste trabalho.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica e aos demais colegas de curso.

RESUMO

A política ambiental é um importante instrumento de planejamento ambiental das organizações e instituições, auxiliando na criação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O cenário de Política Ambiental em Universidades Federais (UF's) no Brasil acompanha a adesão do Sistema de Gestão Ambiental nas mesmas. Assim, promover um cenário que traga informações a nível nacional sobre a temática política ambiental torna-se um estudo de grande relevância no âmbito da gestão ambiental em UF's, bem como, determinar se essas políticas estão construídas de acordo com as normas ambientais se são de fácil avaliação. Nessa perspectiva, foi realizada uma avaliação da conformidade da Política Ambiental da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em relação aos critérios definidos pela ISO 14001, bem como um levantamento de todas as políticas ambientais desenvolvidas nas Universidades Federais do Brasil, com a finalidade de encontrar boas práticas que pudessem contribuir e enriquecer a gestão e planejamento da política ambiental da instituição. Para sua realização utilizou-se o Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão E-SIC, para aplicar um questionário online, solicitando informações quanto a existência e processo de criação da política ambiental em todas as universidades brasileiras. Com ele foi possível mapear as políticas, com a finalidade de criar um cenário sobre qual a abrangência desse documento nas Instituições. Dentre as UF's que participaram do estudo, apenas 5 (cinco) delas possuem a Política Ambiental, demonstrando a falta de conhecimento das Universidades sobre esse importante instrumento de Gestão ambiental. Na análise da política da UFGD, constatou-se que a mesma está em conformidade com os critérios da Norma ISO 14001, porém necessita de revisão.

Palavras chave: Gestão Ambiental em Universidades Federais, ISO 14001, Criação de Políticas Ambientais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A Universidade possui política ambiental?

Figura 2. Como se deu o processo de criação da política ambiental?

Figura 3. Qual a situação em que a política ambiental se encontra?

Figura 4. A política ambiental instituída visa o atendimento às legislações?

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista das Universidades Federais pesquisadas

Quadro 2. Comparação da política ambiental com requisitos da norma ISO 14.001

Quadro 3. Universidades e seus documentos de planejamento ambiental.

Quadro 4. Estrutura das políticas ambientais das Universidades Federais do Brasil

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BSI – British Standards Institution

CEUD – Centro Universitário de Dourados

CF – Constituição Federal

CPD – Centro Pedagógico de Dourados

E-S IC – Serviço de Informações ao Cidadão

EMAS – Eco Management and Audit Scheme

GA – Gestão Ambiental

ICC – Internacional Chamber Commerce

IES – Instituição de Ensino Superior

ISO - International Organization for Standardization

FURG – Fundação Universitária do Rio Grande

NBR – Norma Brasileira

PDCA – “Plan” “Do” “Check” “Action”

PLS – Plano de Logística Sustentável

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

UF's – Universidades Federais

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1 Sistemas de Gestão Ambiental	13
2.2 ISO 14001	14
2.3 Política Ambiental	16
2.3.1 Política Ambiental em IES.....	19
2.3.2 Política Ambiental da UFGD	19
3. METODOLOGIA	22
3.1 Tipos de Pesquisa	22
3.2 Sujeitos da Pesquisa.....	23
3.3 Instrumentos de Pesquisa	24
3.4 Coleta de Dados	24
3.5 Materiais e Métodos	25
3.5.1 Levantamento de todas as Políticas Ambientais Desenvolvidas nas Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil	25
3.5.2 Avaliação da conformidade da política ambiental da UFGD em relação aos requisitos exigidos na norma ISO 14.001, de 2015	27
3.5.3 Comparação das políticas ambientais adotadas nas Universidades Federais do Brasil com a política ambiental da UFGD.....	28
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	29
4.1. As políticas ambientais desenvolvidas nas Universidades Federais do Brasil .	29
4.2 Avaliar a conformidade da política ambiental da UFGD em relação aos requisitos exigidos na norma ISO 14.001, de 2015	32
4.3 Comparação das políticas ambientais adotadas nas UF's do Brasil com a política ambiental da UFGD	35
5. CONCLUSÕES	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

A história e evolução da humanidade sempre estiveram relacionadas com o uso de recursos naturais e matérias primas, necessárias a sua adaptação ao meio em que vivia. Constata-se ao longo da história, que o homem sempre utilizou os recursos naturais do planeta e gerou resíduos com baixíssimo nível de preocupação: os recursos eram abundantes e a natureza aceitava sem reclamar os despejos realizados, já que o enfoque sempre foi “diluir e dispersar” (MOURA, 2004, p. 01).

Barbieri (2011, p. 04) afirma que “o aumento da escala de produção tem sido um importante fator que estimula a exploração dos recursos naturais e eleva a quantidade de resíduos”. Segundo o autor, esse e outros fatores impulsionaram as primeiras manifestações de gestão ambiental, que “procuravam solucionar problemas de escassez de recursos, e só após a Revolução Industrial os problemas relacionados à poluição começaram a ser tratados de modo sistemático. No entanto, iniciativas dos governos só enfrentavam os problemas ambientais depois que eles já haviam ocorrido”.

O autor também afirma que “a solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos empresários e administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta”. Ou seja, espera-se que as empresas deixem de ser problemas e façam parte das soluções (BARBIERI, 2011, p. 103).

O artigo 255 da Constituição Federal (CF) de 1988 determina que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Isso indica o dever do poder público em promover a sustentabilidade e adotar práticas de gestão que garantam a redução de impactos em todas as suas atividades.

O artigo 5º da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) de 1981 determina que

As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da

qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico. Impondo como diretriz a formulação de normas e planos que orientem os gestores públicos na preservação da qualidade ambiental, o que remete ao estabelecimento de políticas ambientais nos setores públicos.

Neste sentido, o desenvolvimento da consciência ecológica em diferentes camadas e setores da sociedade mundial acaba por envolver também o setor da educação, a exemplo das Instituições de Ensino Superior (IES). No entanto, ainda são poucas as práticas observadas nas IES, as quais têm o papel de qualificar e conscientizar os cidadãos formadores de opinião de amanhã (TAUCHEN; BRANDLI, 2006).

Levando em conta que o papel da universidade é formar cidadãos conscientes e sensibilizados em relação ao meio ambiente, torna-se de suma importância a utilização de ferramentas que auxiliem no processo de desenvolvimento da sustentabilidade ambiental.

Segundo Reis e Moraes (2010), a aplicação de ferramentas de gestão ambiental em instituições de ensino se torna imperativa uma vez que suas dimensões no contexto nacional e o papel que desempenham na formação da sociedade se tornam cada vez mais evidentes.

Uma dessas ferramentas é a Política ambiental, que consiste em 'intenções e direções de uma organização relacionadas ao seu desempenho, como formalmente expresso pela alta direção' (ABNT, 2015, p. 14).

Conforme consta na ISO 14001, a política ambiental permite que a organização defina seus objetivos ambientais, tome ações para alcançar os resultados pretendidos do sistema de gestão ambiental e alcançar a melhoria contínua (ABNT, 2015).

Nesse sentido a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no ano de 2013, instituiu a Política Ambiental para a UFGD, visando promover a gestão ambiental no campus. Ao fazer uso dessa ferramenta de gestão, se torna necessário a avaliação da mesma para identificar a situação em que se encontra em relação às demais Universidades, e buscar melhorias para adequar o planejamento ambiental do campus de acordo com às suas especificidades e o seu contexto local.

A busca pela sustentabilidade reforça a importância da Política Ambiental para a UFGD e da necessidade de revisão e atualização periódica, buscando manter o diálogo com o contexto local da instituição, se adequando as suas necessidades.

Neste sentido, estudos que tragam um cenário sobre a existência de políticas ambientais em UF's do Brasil, bem como avaliações que apontem a situação em que se encontram essas políticas ambientais em relação às Normas vigentes, são de grande relevância no que diz respeito ao uso de ferramentas de gestão ambiental, podendo contribuir para a gestão ambiental da UFGD.

Sendo assim, este trabalho visa responder a seguinte pergunta: A Universidade Federal da Grande Dourados possui uma política ambiental, de acordo com os requisitos da ISO 14001/2015, e esta alinhada com as políticas ambientais de outras universidade federais do Brasil

1.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Avaliar a Política Ambiental da Universidade Federal da Grande Dourados e propor melhorias.

Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento de todas as políticas ambientais desenvolvidas nas Universidades Federais do Brasil (UF's); para verificar como as universidades estão difundindo suas políticas ambientais.
- Avaliar a conformidade da política ambiental da UFGD em relação aos requisitos exigidos na norma ISO 14.001, de 2015, especificamente no item 5.2 sobre a política ambiental.
- Comparar a estrutura das políticas ambientais adotadas nas UF's com a política ambiental da UFGD.

1.2 JUSTIFICATIVA

Toda a manifestação de preocupação e zelo ao meio ambiente de uma organização se dá através da existência da política ambiental. Seus princípios definem e permitem a criação de um sistema de gestão, planos, programas e projetos. Sua eficiência é fundamental para obtenção de bons resultados no que se refere à sustentabilidade.

No entanto, é de suma importância sua revisão para se obter uma melhoria contínua do sistema, que envolve a ação direta da política. É necessário realizar avaliações para compreender a situação em que se encontra a política ambiental da Instituição, para que sejam feitas as melhorias.

O cenário de Política Ambiental em Universidades Federais (UF's) no Brasil acompanha a adesão do Sistema de Gestão Ambiental nas mesmas. Assim, promover um estudo que traga informações a nível nacional sobre a temática política ambiental torna-se de grande relevância no âmbito de ferramentas de gestão ambiental em UF's, assim como, determina se a Política Ambiental da UFGD está construída de acordo com os critérios da ISO 14001:2015, possibilitando a avaliação da sua constituição e promover melhorias.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Sistemas de Gestão Ambiental

De acordo com Barbieri (2011), o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas ambientais atuais ou para evitar o seu surgimento. Considerada também como uma ferramenta de identificação de problemas e soluções ambientais, baseadas no conceito de melhoria contínua (PEROTTO et al., 2008 apud OLIVEIRA; PINHEIRO, 2010).

O propósito do sistema de gestão ambiental pode ser sintetizado como uma possibilidade de desenvolver, implementar, organizar, coordenar e monitorar as atividades organizacionais relacionadas ao meio ambiente, visando a conformidade e redução de resíduos (MELNYK; SROUFE; CALANTONE, 2002). Além de contribuir com a responsabilidade social e com o cumprimento da legislação, este sistema possibilita identificar oportunidades de redução do uso de materiais e energia e melhorar a eficiência dos processos (CHAN; WONG, 2006 apud OLIVEIRA; PINHEIRO, 2010).

De acordo com Barbieri (2011, p. 147)

A realização de ações ambientais pontuais, episódicas ou isoladas não configura um sistema de gestão ambiental. Um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) requer a formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação de resultados, sendo necessário o envolvimento de diferentes segmentos da instituição para tratar de questões ambientais de modo integrado com as demais atividades da empresa.

Segundo o mesmo autor, a empresa pode criar o seu próprio SGA ou adotar um modelo genérico proposto por outra entidade, como os modelos de SGA proposto pela International Chamber of Commerce (ICC) em 1991; e o modelo proposto pelo Conselho da Comunidade Econômica Europeia, em 1993, como parte do Sistema Comunitário de Ecogestão e auditoria conhecido pela sigla EMAS (Eco Management and Audit Scheme) (BARBIERI, 2011). Modelos estes que, ao longo do

tempo foram aderidos por muitas organizações e se transformando de acordo com os avanços no estudo da área da gestão ambiental, a ponto de influenciar a criação de normas.

Barbieri (2011) afirma que as normas voluntárias sobre SGA começaram a ser elaboradas de modo mais intenso a partir de meados da década de 1990. A pioneira foi a norma de SGA BS 7750, na qual foi criada em 1992 pelo British Standards Institution (BSI). Seu modelo de SGA, baseado no ciclo PDCA, serviu de exemplo e inspiração para diversas normas voluntárias sobre SGA, criadas em outros países e para a International Organization for Standardization (ISO).

2.2 ISO 14001

De acordo com Barbieri (2011, p. 158), a ISO é:

uma instituição formada por órgãos nacionais de normalização criada em 1947, com o objetivo de desenvolver a normalização e atividades relacionadas para facilitar as trocas de bens e serviços no mercado internacional e a cooperação entre os países nas esferas científicas, tecnológicas e produtivas.

As normas que integram a família ISO 14000 começaram a ser elaboradas em 1993, tendo como resultado as normas relativas aos sistemas de gestão ambiental genérico ISO 14001 e ISO 14004, nas quais foram publicadas em 1996, posteriormente passaram por um processo de revisão iniciado em 1999 e concluído em 2004. Foram traduzidas e integradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ao conjunto de normas da sua instituição (BARBIERI, 2011)

Segundo Seiffert (2011, p. 16), “frente à questão de implantação de sistemas de gestão ambiental, a norma da série ISO 14001 tem se apresentado como um novo elemento no panorama gerencial das organizações”.

A Série 14000 da ISO é um grupo de normas que fornece ferramentas e estabelece um padrão de Sistema de Gestão Ambiental. Estas normas abrangem, seis áreas bem definidas: Sistemas de Gestão Ambiental, Auditorias Ambientais, Avaliação de Desempenho Ambiental, Rotulagem Ambiental, Aspectos Ambientais nas Normas de Produtos e Análise do Ciclo de Vida do Produto (RODRIGUES et al., 2008).

A norma NBR ISO 14001 especifica os requisitos para um sistema de gestão ambiental que uma organização pode usar para aumentar seu desempenho ambiental, sendo aplicável a qualquer organização, independentemente do seu porte, tipo e natureza, e aplica-se aos aspectos ambientais das suas atividades, produtos e serviços que a organização determina poder controlar ou influenciar, considerando uma perspectiva de ciclo de vida (ABNT, 2015).

Destinada ao uso por uma organização que busca gerenciar suas responsabilidades ambientais de uma forma sistemática, que contribua para o pilar ambiental da sustentabilidade, a norma auxilia a organização a alcançar os resultados pretendidos de seu sistema de gestão ambiental, os quais agreguem valor para o meio ambiente, a organização em si e suas partes interessadas (ABNT ABNT, 2015).

Conforme consta na ISO 14001 o Sistema de Gestão Ambiental é considerado um conjunto de elementos inter-relacionados ou interativos de uma organização, para estabelecer políticas, objetivos e processos para alcançar esses objetivos (ABNT, 2015)

O Sistema de Gestão Ambiental com base na norma ISO 14001, tem como objetivo prover a organização de elementos de um SGA eficaz, que possam ser integrados a outros requisitos da gestão e auxiliar estas organizações a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos. A sua finalidade geral é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades socioeconômicas. Muitos desses requisitos podem ser abordados simultaneamente ou reapreciados a qualquer momento (OLIVEIRA; PINHEIRO, 2010)

Seiffert (2011, p. 17) afirma que:

o SGA, proposto pela Norma 14001, tem entre seus elementos integrantes uma política ambiental, o estabelecimento de objetivos e metas, o monitoramento e a medição de sua eficácia, a correção de problemas associados à implantação do sistema, além de sua análise e revisão como forma de aperfeiçoá-lo, melhorando dessa forma o desempenho ambiental geral.

De acordo com Oliveira e Pinheiro (2010, p. 1),

o sistema com base na norma ISO 14001 é um dos modelos de gestão ambiental (GA) mais adotado em todo o mundo. Trata-se de uma referência certificável em forma de requisitos que exige uma

série de procedimentos e iniciativas, sem determinar como devem ser executados, além de exigir que a legislação ambiental local seja cumprida.

Barbieri (2011), afirma que o modelo de SGA da família ISO 14000, no qual se baseia no ciclo PDCA, tem como ponto de partida o comprometimento da alta administração e a formulação de uma política ambiental.

2.3 Política Ambiental

A NBR ISO 14001:2015 define que:

Uma política ambiental é um conjunto de princípios declarados como compromissos, em que a Alta Direção descreve as intenções da organização para apoiar e aumentar o seu desempenho ambiental. A política ambiental permite que a organização defina seus objetivos ambientais tome ações para alcançar os resultados pretendidos do sistema de gestão ambiental e alcançar a melhoria contínua (ABNT, 2015, p. 24).

A ISO 14001 especifica três compromissos básicos para a política ambiental, nos quais são refletidos nos processos estabelecidos pela organização, para abordar os requisitos específicos da Norma, bem como assegurar um sistema de gestão ambiental robusto, acreditável e confiável (ABNT, 2015). São eles:

- a) proteger o meio ambiente;
- b) atender aos requisitos legais e outros requisitos da organização;
- c) melhorar continuamente o sistema de gestão ambiental para aumentar o desempenho ambiental.

A Norma também impõe que a Alta Direção deva:

estabelecer, implementar e manter uma política ambiental que, dentro do escopo definido em seu sistema de gestão ambiental: seja apropriada ao propósito e ao contexto da organização, incluindo a natureza, escala e impactos ambientais das suas atividades, produtos e serviços; Proveja uma estrutura para o estabelecimento dos objetivos ambientais; Inclua um comprometimento com a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição e outro(s) compromisso(s) específico(s) pertinente(s) para o contexto da organização; Inclua um comprometimento em atender os seus

requisitos legais e outros requisitos; Inclua um comprometimento com a melhoria contínua do sistema de gestão ambiental para aumentar o desempenho ambiental (ABNT, 2015, p. 8 - 9).

Segundo Cajazeira (2003), a política ambiental ao longo do tempo vem sendo encarada como um item normativo a ser atendido pelas organizações, elaborada através de experimentações próprias e também com base nas experiências de outras organizações. Normalmente é estabelecida uma comissão, onde um grupo de pessoas elabora um texto, dotado de frases de efeito, mas que não reflete os anseios e práticas da organização e do meio que a cerca.

Na visão de Barbieri (2011) a política ambiental permite estabelecer um patamar de qualidade ambiental desejado pela organização, pelo qual todas as ações serão sujeitadas e julgadas. A criação da política deve ser baseada em um prévio estudo das condições ambientais do meio, para assegurar que ela contemple as demandas da organização, tendo o reconhecimento dos impactos ambientais provenientes das suas atividades, e estar devidamente expressa através de declarações escritas que reafirmem o compromisso da alta administração.

De acordo com Ribeiro et al. (2010), no Brasil, a preocupação com a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental também passou a ser discutida nas Instituições de Ensino Superior.

Tauchen e Brandili (2006) defendem que os campi universitários podem ser comparados a pequenos núcleos urbanos, por possuírem restaurantes, comércios, alojamentos, centros de convivência etc. exercendo diversas atividades e desta forma a implantação de um SGA se faz muito significativa.

No Brasil, Nolasco, Tavares e Bendassolli (2006 apud Vazz et al.,2009), afirmam que as experiências no sentido do Sistema de Gestão Ambiental, vêm sendo realizadas na última década, porém em casos de iniciativas separadas, principalmente em algumas das maiores e mais antigas universidades estaduais e federais, como:

- a) IQ/USP - Instituto de Química da Universidade de São Paulo.
- b) IQSC/USP - Instituto de Química da Universidade de São Paulo do Campus São Carlos.
- c) CENA/USP - Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo.
- d) UNICAMP - Universidade de Campinas.

- e) IQ/UERJ - Instituto de Química da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- f) DQ/UFPR - Departamento de Química da Universidade Federal do Paraná.
- g) IQ/UFRGS - Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- h) UCB - Universidade Católica de Brasília.
- i) UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.
- j) FURB - Universidade Regional de Blumenau.
- k) URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
- l) UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- m) UNIVATES - Centro Universitário Univates.

De acordo Ribeiro et al. (2005), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é um exemplo de tentativa da implementação de um SGA. Em 1996, criou uma Coordenadoria de Gestão Ambiental e estabeleceu o “Programa Institucional de Meio Ambiente”, que teve seu regimento aprovado em 1997, constituído por um grupo de trabalho formado por diversos membros da UFSC que representavam os grupos na área ambiental, tendo como objetivo principal a superação do estado de fragmentação e excessiva setorização das várias atividades de formação, pesquisa e extensão relacionada à Problemática do Meio Ambiente (UFSC, 2017).

Ribeiro et al. (2005) afirma ainda que, o exemplo brasileiro mais importante de Universidade que implementou um Sistema de Gestão Ambiental é a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Em 2002, na UNISINOS foi aprovado o projeto de busca da certificação ambiental do campus e iniciou-se uma nova etapa. A assinatura da portaria e da resolução pela reitoria do projeto ISO 14001, no ano seguinte, deu início às atividades de implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Em dezembro de 2004, a Universidade foi a primeira da América Latina a receber a certificação internacional ISO 14001. O certificado atesta o comprometimento da instituição, com o controle dos impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços (UNISINOS, 2017).

Segundo Ribeiro et al. (2005), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também vem se empenhando em implementar um SGA. Sendo o

estabelecimento de uma política a primeira etapa necessária para tanto. A UFRGS está, atualmente, em fase de desenvolvimento de seus princípios ambientais.

2.3.1 Política Ambiental em IES

De acordo com Reis e Moraes (2010), a política ambiental é uma orientação às instituições, pois deve estabelecer e fixar princípios de ação pertinentes à postura da IES para com o meio ambiente. Através dessa, definem-se princípios e intenções, estabelece-se o comprometimento que a IES assume com a preservação ambiental e a sustentabilidade perante a sociedade.

Ribeiro et al. (2005), afirmam que estudos de Boyle (1999) sugerem que a política ambiental deva envolver aspectos ambientais a serem incorporados em todos os setores, desde a criação de novos cursos até a publicação de artigos. Isso auxilia na valorização do meio ambiente por diversos colaboradores da organização.

A Política Ambiental, de acordo com Cyro Eyer (1995) citado por Silva e Saint'yves (2010), deve estabelecer os objetivos ambientais estratégicos da organização, a partir de um processo de discussão interna no qual participem seus dirigentes e funcionários. No caso de uma Instituição de Ensino Superior, deve-se buscar o mesmo processo de discussão democrático, envolvendo alunos, professores e a alta administração.

Segundo Otero (2010), é consenso entre muitos autores (SPELLERBERG; BUCHAN; ENGLEFIELD, 2004; SHARP, 2002; NICOLAIDES, 2006; WEENEM, 2000; SHRIBERG, 2000; BERINGER, 2006; VIEBAHN, 2002; LOPES; FERREIRA; CARREIRAS, 2004) a necessidade de uma política ambiental institucional e a nomeação de uma comissão formada por funcionários, estudantes, docentes e um representante da alta administração para a efetivação do compromisso da IES com as questões ambientais.

2.3.2 Política Ambiental da UFGD

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi criada através da lei nº 11.153, de 29 de Julho de 2005 e está situada na cidade de Dourados, no

Estado de Mato Grosso do Sul. Conforme consta no portal da instituição, a mesma nasceu a partir do desmembramento do Centro Universitário de Dourados, antigo CEUD, campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O CEUD, antes Centro Pedagógico de Dourados (CPD) começou a funcionar no município em 1971 e passou a apresentar um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. A partir do desmembramento da UFMS, a UFGD obteve crescimento e expansão, porém somente após oito anos foram surgir às primeiras manifestações de gestão ambiental em nível de política interna, com a criação da política ambiental da UFGD, instituída a partir da resolução nº. 06 de 15 de fevereiro de 2013, trazendo diretrizes e princípios norteadores para a gestão ambiental do campus.

Em junho de 2009, a Universidade Federal da Grande Dourados, criou uma comissão para elaborar uma Proposta de Política Ambiental para a instituição. Essa proposta foi criada e aprovada pela Resolução nº. 06, de 15 de novembro de 2013.

A implementação da política possui como base um Plano de Gestão Ambiental que contém os seguintes Eixos:

- I) Conservação Ambiental e Consumo Consciente.
- II) Gestão de Resíduos.
- III) Eficiência Energética.
- IV) Urbanização e Ocupação Racional.
- V) Educação e Comunicação Ambiental.

Neste processo de garantir a sustentabilidade no campus, a UFGD também criou a Divisão de Gestão ambiental, na qual ficou responsável em desenvolver ações que contemplem os diferentes eixos do Plano de Gestão da Política Ambiental.

O processo de proposição da política ambiental partiu da criação de comissões de trabalho, composta por docentes e técnicos de diversas áreas de atuação, responsáveis por diagnósticos, estudos, diretrizes e estratégias a serem implementadas através de um Plano de Gestão Ambiental, contendo os eixos temáticos: Conservação Ambiental e Consumo Consciente; Gestão de Resíduos; Eficiência Energética; Urbanização e Ocupação Racional e Educação e Comunicação Ambiental (Política Ambiental da UFGD, 2017).

A Política Ambiental da UFGD está disponibilizada no portal eletrônico da Instituição na sessão da Divisão de Gestão Ambiental de forma acessível para todos os funcionários, acadêmicos, docentes e qualquer outra pessoa que queira obter informações sobre a mesma.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho se constitui numa avaliação visando comparar a política ambiental da UFGD com outras políticas que possuem as mesmas características, ou seja, políticas ambientais de outras Universidades Federais, e também com os critérios apresentados na norma ISO 14.001. Para tanto, foi necessário realizar uma pesquisa, através da aplicação de um questionário nas UF's brasileiras, visando obter acesso a esses documentos. A metodologia aplicada neste trabalho pode ser classificada por tipo de pesquisa, o sujeito e instrumento de pesquisa, coleta de dados e os materiais e métodos.

Utilizou-se os critérios e requisitos da Norma ISO 14.001, de 2015, por representar um nível de excelência internacional em gestão ambiental e impor critérios ao desenvolvimento da política ambiental, fundamental para o estabelecimento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

3.1 Tipos de Pesquisa

Segundo Silva e Menezes (2005), a pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-lo.

As formas de pesquisa variam de acordo com a finalidade do estudo e os critérios adotados pelo autor podendo ser classificadas de diferentes formas.

Para a elaboração do devido trabalho, do ponto de vista da sua natureza, foi realizada a pesquisa "Aplicada", que de acordo com Silva e Menezes (2005), objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. Isso pelo fato do estudo buscar gerar conhecimento sobre a questão das Políticas ambientais em Universidades Federais.

Devido à busca pela interpretação das informações sobre a política ambiental das instituições, para tentar dar significado ao conteúdo obtido, foi realizada a pesquisa "Qualitativa", do ponto de vista da forma de abordagem do problema, que de acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20):

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Pelo fato de envolver um levantamento de dados para gerar um cenário que demonstre em que patamar está a relação das UF's do país com a política ambiental, foi realizada a pesquisa "Descritiva", do ponto de vista de seus objetivos, que de acordo com Gil (1991) é uma pesquisa que propõe descrever as características de uma população ou fenômeno, e no geral assume um formato de levantamento, envolvendo técnicas padronizadas de uso de questionário e coleta de dados, assim como observação sistemática.

Do ponto de vista de procedimentos técnicos foram englobados dois tipos de pesquisa. Foi realizada a "Pesquisa Documental", considerada, segundo Gil (1991) uma pesquisa elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, pelo fato do estudo trazer uma análise de documentos referentes à política ambiental das UF's do Brasil. E foi realizado um "Estudo de Caso" que, segundo Gil (1991) ocorre quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento, pelo fato do trabalho contemplar um estudo de caso sobre a Universidade Federal da Grande Dourados, voltado para uma análise da sua Política Ambiental.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tendo em vista a avaliação da sua política ambiental de acordo com os critérios da ISO 14001, bem como as demais Universidades Federais do Brasil, com o intuito de fazer o levantamento da existência das suas políticas ambientais.

3.3 Instrumentos de Pesquisa

Utilizou-se para o devido trabalho o instrumento de pesquisa (questionário) contendo seis questões; sendo três objetivas com alternativas de múltipla escolha, e três discursivas. O uso de um questionário se da pela praticidade e logística, pois permitiu obter um panorama a nível nacional sobre políticas ambientais sem custos e com certa precisão, obtendo informações sobre a quantidade de políticas desenvolvidas e implementadas e também permitiu acesso a essas políticas.

3.4 Coleta de Dados

Segundo Silva e Menezes (2005), a coleta de dados está relacionada com o problema, a hipótese ou os pressupostos da pesquisa e objetiva obter elementos para que os objetivos propostos na pesquisa possam ser alcançados.

Sendo assim, a coleta de dados foi realizada junto aos responsáveis pelos assuntos ambientais ou pela gestão ambiental das Universidades Federais pesquisadas, através da aplicação de questionários padronizados utilizando o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão E-SIC, com o intuito de aferir a realidade destas Instituições quanto ao que diz respeito à Política Ambiental.

O E-SIC é um portal eletrônico que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

Essa ferramenta se tornou possível após a aprovação da lei 12.527/2011 que regulamenta o direito de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012, criando mecanismos que permitem a qualquer cidadão ou entidade pública, a solicitação e recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. Sejam eles Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, incluindo tribunais de conta e o ministério público, além de entidades privadas sem fins lucrativos. As Universidades Federais estão sujeitas as mesmas regras dos demais órgãos públicos, o que dá viabilidade as pesquisas na área.

3.5 Materiais e Métodos

Para avaliar a política ambiental os objetivos propostos no trabalho e para ter uma melhor avaliação dos dados, a pesquisa foi realizada por etapas e seguindo a sequência seguir.

3.5.1 Levantamento de todas as Políticas Ambientais Desenvolvidas nas Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil

Foi realizado um levantamento de todas as políticas ambientais desenvolvidas nas Universidades Federais do Brasil, com a finalidade de encontrar boas práticas que pudessem contribuir e enriquecer a gestão e planejamento da política ambiental da UFGD. A realização do levantamento contou com o uso do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão E-SIC, para aplicar um questionário online, solicitando informações quanto a existência e processo de criação da política ambiental na universidade. Com ele foi possível mapear a existência dessas políticas, com a finalidade de criar um cenário sobre qual a abrangência desse documento nas Instituições. O questionário continha as seguintes questões:

- Nome da Universidade
- A Universidade possui política ambiental?
- Como se deu o processo de criação da política ambiental?
- Qual a situação em que a política ambiental se encontra?
- A política ambiental instituída visa o atendimento às legislações?
- A política está disponibilizada à comunidade? Qual endereço virtual?
- A universidade possui um setor responsável pela gestão ambiental da instituição? Qual o nome?

O Quadro 01 apresenta a relação de todas as universidades brasileiras as quais foram solicitadas às informações, somando um total de 63 instituições consultadas.

Nome da Instituição	Sigla
Universidade de Brasília	UnB
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD
Universidade Federal de Goiás	UFG
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
Universidade Federal da Bahia	UFBA
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB
Universidade Federal da Paraíba	UFPB
Universidade Federal do Cariri	UFCA
Universidade Federal de Alagoas	UFAL
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
Universidade Federal de Sergipe	UFS
Universidade Federal do Ceará	UFC
Universidade Federal do Maranhão	UFMA
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB
Universidade Federal do Piauí	UFPI
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA
Universidade Federal de Rondônia	UNIR
Universidade Federal de Roraima	UFRR
Universidade Federal do Acre	UFAC
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP
Universidade Federal do Amazonas	UFAM
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA
Universidade Federal do Pará	UFPA
Universidade Federal do Tocantins	UFT
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF
Universidade Federal de Lavras	UFLA
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
Universidade Federal de São João del-Rei	UFSJ
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP
Universidade Federal de Uberlândia	UFU

Continua...

Continuação...

Nome da Instituição	Sigla
Universidade Federal de Viçosa	UFV
Universidade Federal do ABC	UFABC
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM
Universidade Federal Fluminense	UFF
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA
Universidade Federal de Pelotas	UFPeI
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA
Universidade Federal do Paraná	UFPR
Universidade Federal de Rio Grande	FURG
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR

Quadro 1. Lista das Universidades Federais do Brasil pesquisadas

3.5.2 Avaliação da conformidade da política ambiental da UFGD em relação aos requisitos exigidos na norma ISO 14.001, de 2015

Foi realizada uma avaliação sobre a conformidade da política ambiental da UFGD em relação aos requisitos exigidos na norma ISO 14.001, de 2015, especificamente no item 5.2 sobre política ambiental, que dispõe sobre cinco critérios que a Alta Direção deve estabelecer, implementar e manter em uma política ambiental. O objetivo dessa ação foi de verificar o enquadramento da UFGD nos padrões exigidos no mais conceituado sistema de padronização de qualidade para aumento do desempenho ambiental do mundo.

Segundo a ISO 14.001 (2015), os cinco critérios exigidos incluem a preocupação em ser apropriada ao propósito e ao contexto da organização, incluindo a natureza, escala e impactos ambientais das suas atividades, produtos e serviços; Prover uma estrutura para o estabelecimento dos objetivos ambientais; Incluir um comprometimento com a proteção do meio ambiente, incluindo a

prevenção da poluição e outro(s) compromisso(s) específico(s) pertinente(s) para o contexto da organização; Incluir um comprometimento em atender os seus requisitos legais e outros requisitos. E por fim, Incluir um comprometimento com a melhoria contínua do sistema de gestão ambiental para aumentar o desempenho ambiental.

Cada critério exigido pela norma implica em um aspecto importante da gestão da organização, e são fundamentais para que outros processos possam ser implementados, como planos, programas e projetos e um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

3.5.3 Comparação das políticas ambientais adotadas nas Universidades Federais do Brasil com a política ambiental da UFGD

A partir do levantamento de todas as políticas ambientais desenvolvidas nas Universidades Federais do Brasil, foi possível obter alguns documentos que permitissem a comparação dos mesmos com a política ambiental da UFGD. A comparação tem sua importância no sentido de contextualizar, a nível nacional a qualidade da política ambiental da UFGD e a partir disso, identificar boas práticas idealizadas em outras instituições que possam contribuir para a gestão ambiental local, visando ao final do levantamento, estabelecer um cenário atualizado de ações e propostas das instituições.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa realizada permitiu obter informações valiosas sobre as questões levantadas. Os resultados obtidos revelaram números preocupantes, os quais são apresentados e analisados por etapas, na primeira parte deste capítulo. Os itens seguintes estão divididos de acordo com os objetivos propostos na pesquisa.

4.1. As políticas ambientais desenvolvidas nas Universidades Federais do Brasil

A pesquisa sobre as políticas ambientais nas Universidades Federais do Brasil teve como base a consulta, via questionário pela plataforma e-SIC, de acesso à informação de todas as instituições do país.

Das 63 Universidades consultadas, 56 delas responderam o questionário e 07 não responderam. Através dos resultados obtidos foi possível a obtenção dos seguintes dados:

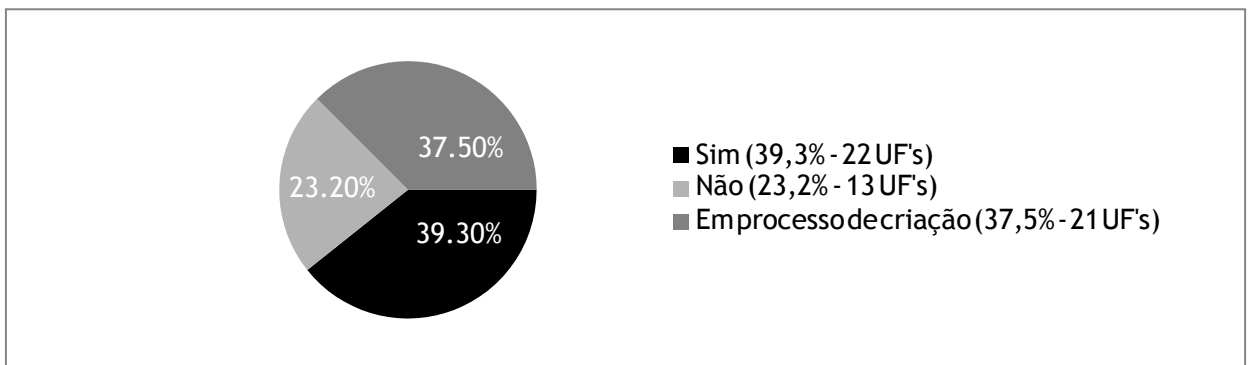


Figura 1 - A Universidade possui uma política ambiental?

Fonte: Dados da pesquisa

A partir do gráfico (Figura 1) pode-se observar que, dentre as 56 universidades que responderam o questionário, apenas 39,3% (22 Universidades) afirmaram que possuem uma política ambiental instituída, que estabelece ações voltadas à sustentabilidade dentro da instituição. A segunda grande parcela 37,5% (21 Universidades) afirma estar em processo de criação de uma política ambiental, e 23,2% (13 Universidades) afirmam não possuir política ambiental.

Mesmo que apenas 39,3% das Universidades tenham afirmado que possuem política ambiental, quando adicionamos a esse número as instituições que estão em processo de criação, temos um total de 76,8% (43 Universidades), indicando que a grande maioria já iniciou esforços em estabelecer uma política ambiental própria adequada às suas demandas.

Neste caso, entendeu-se por Política ambiental, “toda declaração da organização, expondo suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental global, que provê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais” (ABNT, 2015), considerando assim, a pluralidade de políticas que norteiam as ações ecológicas e sustentáveis das Universidades.

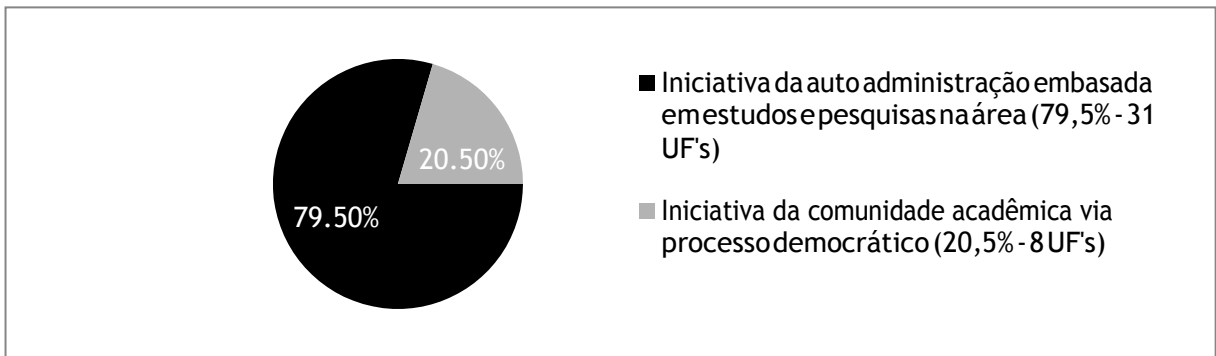


Figura 2 - Como se deu o processo de criação da política ambiental?

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando as universidades que afirmam ter política, e as universidades que estão em processo de implantação da política, apenas 39 delas responderam a pergunta referente ao processo de criação da política. A Figura 2 demonstra o resultado obtido nesta pergunta. Sendo que, 20,5% (8 Universidades) tiveram a criação das suas políticas ambientais por iniciativa da comunidade acadêmica, porém a maioria das políticas, 79,5% (31 Universidades), foram criadas a partir da iniciativa da alta administração. Ou seja, na maioria das universidades houve uma pré-disposição da administração em promover ações de sustentabilidade.

Em nota, algumas universidades ressaltaram que apesar da iniciativa ter partido da alta administração, a comunidade acadêmica, discentes, docentes e técnicos foram consultados e fizeram parte do processo.

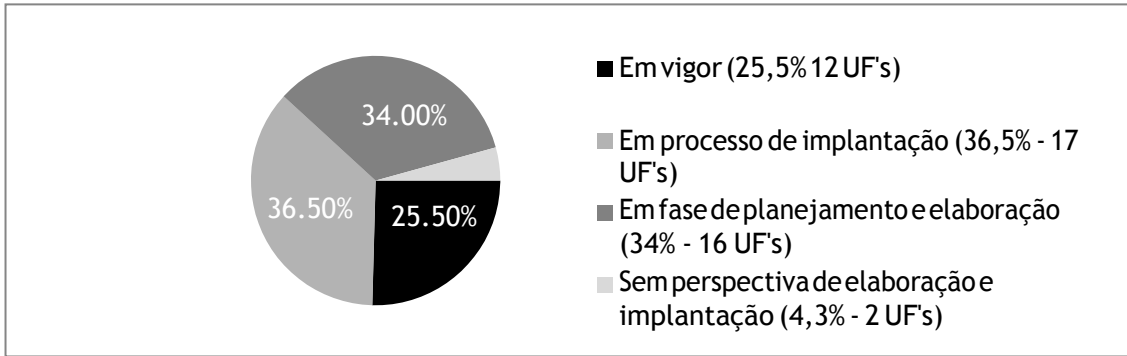


Figura 3 - Qual a situação em que a Política Ambiental se encontra?

Fonte: Dados da pesquisa

Indagadas sobre a situação em que se encontra a política ambiental na universidade federal, 47 universidades responderam o questionamento. A Figura 3 demonstra o estado em que se encontram as políticas ambientais das Universidades em questão, onde apenas 25,5% (12 Universidades) delas estão em vigor, 36,2% (17 Universidades) das políticas das universidades estão em processo de implantação, 34% (16 Universidades) em fase de planejamento e elaboração, e 4,3% responderam que não há perspectiva de implantação (2 universidades). Isso demonstra que a maioria das universidades está com suas políticas em processo de planejamento, na busca de sua consolidação.

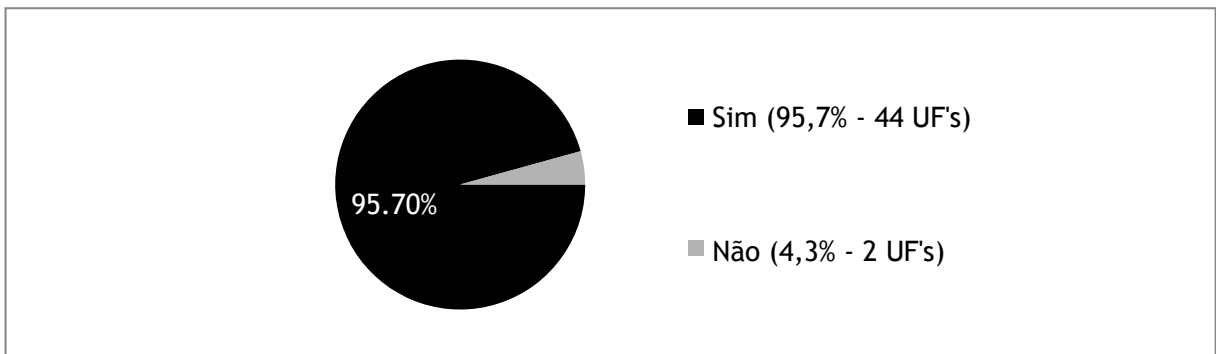


Figura 4 - A Política Ambiental visa o atendimento às legislações?

Fonte: dados da pesquisa

As universidades que responderam a pergunta quanto ao atendimento à legislação, somadas deram um total de 46 respostas. O gráfico 4 (Figura 4) demonstra que dos respondentes, 95,7% (44 Universidades) possuem alguma ação de cunho ambiental, visam o atendimento às legislações vigente como (PNMA, PNRS, entre outras), demonstrando que a maioria das Universidades norteia seus planejamentos ambientais com base nas políticas nacionais relacionadas ao meio

ambiente. E apenas 4,3% (2 Universidades) declarou que a política ambiental desenvolvida não visa o atendimento as legislações.

Além das perguntas de múltipla escolha citadas, foram levantadas outras questões:

- A política está disponibilizada à comunidade? Qual endereço virtual?;
- A universidade possui um setor responsável pela gestão ambiental da instituição? Qual o nome?

A primeira questão trouxe um cenário de quantas universidades disponibilizam à comunidade suas políticas ambientais em algum endereço eletrônico, somando apenas 25 universidades. O que demonstra que a maioria das instituições, que possuem algum documento relacionado às ações ambientais, o disponibilizam para a comunidade em suas páginas virtuais, gerando uma transparência e uma divulgação de sua postura em relação ao meio ambiente.

A segunda questão trouxe um cenário de quantas universidades possuem um setor responsável pela gestão ambiental da instituição, onde das 56 UF's que responderam a questão, 40 universidades afirmam ter um setor destinado às ações de planejamento e gestão ambiental, sendo eles secretarias, coordenadorias, diretorias, departamentos de gestão, divisões de gestão ambiental, núcleos de gestão, cada qual criado de acordo com a realidade da sua Universidade. Isto demonstra que essas universidades compreendem a gestão ambiental como uma ferramenta necessária para a conservação, bom uso dos recursos naturais e redução dos impactos provenientes de suas atividades, incorporando assim, a temática ambiental na sua base de planejamento, criando setores que estejam voltados a criação e execução de planos, programas e projetos de cunho ecológico.

4.2 Avaliar a conformidade da política ambiental da UFGD em relação aos requisitos exigidos na norma ISO 14.001, de 2015

A norma ISO 14001 representa um documento de padronização a nível internacional que busca atender aos mais exigentes níveis de qualidade e organização. Foi escolhido como critério avaliador da política ambiental da UFGD por tratar a política ambiental de uma organização como base fundamental para a implementação de um SGA em uma organização.

Como primeiro critério a norma impõe que a política ambiental de uma organização deve estar documentada, disponível às partes interessadas e comunicada à todos os envolvidos.

Segundo a Norma ISO 14001, de 2015, a política ambiental deve:

- ser mantida como informação documentada
- ser comunicada na organização
- estar disponível para as partes interessadas

Nesse sentido a política ambiental da UFGD atende bem os quesitos apresentados, pois no ano de 2013 a Universidade instituiu a criação da política e seu conteúdo através da Resolução nº. 06, de 15 de fevereiro de 2013, disponibilizada a comunidade acadêmica no portal eletrônico da instituição (www.ufgd.edu.br/divisao-de-gestao-ambiental) e divulgada no meio acadêmico desde a sua criação. Seu processo de criação da política contou com a participação de docentes, discentes e técnicos da Universidade, proporcionando um processo democrático e inclusivo.

A seguir a norma também dispõe 5 itens dos quais fundamentalmente a política ambiental de qualquer organização séria e comprometida com o meio ambiente deve seguir e adotar em seu texto. Esses critérios atendidos permitem a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental na instituição, o que certamente elevaria a qualidade dos serviços ambientais e reduziria a geração de impactos provenientes da atividade exercida.

Nesta parte da pesquisa, foi realizado um levantamento dos aspectos presentes na Política Ambiental da UFGD e verificação da conformidade com os critérios da norma ISO 14.001, como apresentado no Quadro 2.

Critério ISO 14.001	Conformidade	Adequação
<p>“Ser apropriada ao propósito e ao contexto da organização, incluindo a natureza, escala e impactos ambientais das suas atividades, produtos e serviços”</p>	<p>Conforme</p>	<p>“A Universidade Federal da Grande Dourados se propõe a desenvolver atividades administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e cultura orientadas por uma Política Ambiental clara e objetiva, adequada à sua realidade no contexto da Região da Grande Dourados”</p>

Continua...

Continuação...

Critérios da ISSO 14001	Conformidade	Adequação
<p>“Prover uma estrutura para o estabelecimento dos objetivos ambientais”</p>	<p>Conforme</p>	<p>“Política ambiental da UFGD será implementada através de um Plano de Gestão Ambiental, contendo os seguintes Eixos: I) Conservação Ambiental e Consumo Consciente; II) Gestão de Resíduos; III) Eficiência Energética; IV) Urbanização e Ocupação Racional; V) Educação e Comunicação Ambiental.”</p>
<p>“Incluir um comprometimento com a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição e outro(s) compromisso(s) específico(s) pertinente(s) para o contexto da organização”</p>	<p>Conforme</p>	<p>Objetivos da Política: “Orientar a gestão da Universidade de maneira transparente e participativa, de forma que os diferentes setores e processos da Instituição sejam planejados e implementados com base em princípios de sustentabilidade ambiental, visando a conservação ambiental e o consumo consciente, a educação e comunicação ambiental apropriada, a efetiva gestão de resíduos, a eficiência energética e a urbanização e ocupação racional do <i>campus</i>”</p>
<p>“Incluir um comprometimento em atender os seus requisitos legais e outros requisitos”</p>	<p>Conforme</p>	<p>Diretrizes (Eixo Conservação Ambiental e consumo consciente) “Estar em consonância com as Convenções e Acordos Ambientais Internacionais, bem como com a legislação e normas federais, estaduais e municipais”</p>
<p>“Incluir um comprometimento com a melhoria contínua do sistema de gestão ambiental para aumentar o desempenho ambiental”</p>	<p>Conforme</p>	<p>Resultados Esperados (EIXO Educação e comunicação ambiental) “Educação e comunicação ambiental desenvolvida em todos os níveis da UFGD, assegurando compromisso de todos os seguimentos para melhoria contínua do desempenho ambiental”</p>

Quadro 1 - Comparação da política ambiental com requisitos da norma ISO 14.001

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 2 acima apresenta as avaliações realizadas. Nele se encontram os aspectos que segundo a norma NBR ISO 14.001 devem constar em uma política ambiental, e o conteúdo da política ambiental da UFGD, que traz informações referentes ao atendimento à norma.

A partir da análise, observa-se que a política ambiental da universidade atende ao propósito e ao contexto da organização em promover gestão de resíduos, eficiência energética e urbanização e ocupação racional do Campus, bem como a conservação ambiental e o consumo consciente. Conforme consta no próprio texto, “A Universidade Federal da Grande Dourados se propõe a desenvolver atividades administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e cultura orientadas por uma política ambiental clara e objetiva, adequada à sua realidade no contexto da Região da Grande Dourados”.

Ela também provê uma estrutura para o estabelecimento dos objetivos ambientais através da criação de um Plano de Gestão Ambiental contendo cinco eixos de atuação, responsáveis por implementar a política na universidade, sendo eles: Conservação Ambiental e Consumo Consciente; Gestão de Resíduos; Eficiência Energética; Urbanização e Ocupação Racional; Educação e Comunicação Ambiental.

A política expressa, em seus objetivos, o comprometimento com a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição e outros compromissos específicos pertinentes para o contexto da organização. Inclui nas diretrizes do eixo do plano de Gestão ambiental - Conservação Ambiental e consumo consciente, o atendimento aos requisitos legais e outros requisitos, como “as Convenções e Acordos Ambientais Internacionais, bem como com a legislação e normas federais, estaduais e municipais”.

Por fim, assegura o compromisso de todos os seguimentos para a melhoria contínua do desempenho ambiental, a partir do desenvolvimento da educação e comunicação ambiental em todos os níveis da UFGD. Contemplando assim, todos os requisitos exigidos no item na norma NBR ISO 14.001 de forma satisfatória.

4.3 Comparação das políticas ambientais adotadas nas UF's do Brasil com a política ambiental da UFGD

Ao analisar os anexos e links disponibilizados pelas instituições deparou-se com vários documentos como o Plano de Logística Sustentável – PLS, Programas de Sustentabilidade, Programas de coleta seletiva, entre outros, que apesar de serem iniciativas consideradas ambientais, não podem ser consideradas como o

documento “Política Ambiental” estabelecido pela Norma ISO 14001, e sim como “ações ambientais”. Ao realizar essa filtragem obteve-se um número muito menor de “políticas ambientais” documentadas.

Das 56 Universidades que participaram, boa parte delas, 19 (dezenove), trouxeram como suas políticas ambientais outros documentos exigidos pelo governo federal como o Plano de Logística Sustentável (PLS); outras 3 (três) trouxeram os Programas e Políticas de Sustentabilidade internas, como programas de coleta seletiva e plano de resíduos sólidos e não a “Política Ambiental” como norteadora de ações; e quase metade das Universidades (29) não possuem a política ambiental ou qualquer outro documento relacionado ao planejamento ambiental da instituição.

No entanto, apesar de poucas, 5 (cinco) Universidades possuem a real Política Ambiental”, assim com a UFGD, inclusive duas delas possuem SGA implantados e com certificação ISO 14001. O Quadro 3 traz a relação do número de universidades e seus documentos norteadores do planejamento ambiental.

Documento Instituído	Nº. de Instituições
Política Ambiental	5
Plano de Logística Sustentável	19
Outros (Políticas de sustentabilidade/Planos de gerenciamento, etc)	3
Nenhum	29

Quadro 2. Universidades e seus documentos de planejamento ambiental
Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, tem-se apenas 4 políticas para serem comparadas com a da UFGD. A comparação foi realizada de acordo com a estrutura de cada política, proporcionando um comparativo representado no Quadro 4.

Universidades Federais do Brasil que possuem Política Ambiental					
	UFGD	UFU	FURG	UFAM	UFRGS
E S T R U T U R A	* Instituída por Resolução *Objetivos definidos *Implementada a partir de um Plano de Gestão Ambiental	* Instituída por Decreto *Princípios estabelecidos *Objetivos definidos *Implementada a partir de Programas de Gestão e Educação Ambiental	* Instituída por Decreto *Princípios estabelecidos *Objetivos definidos *Institui Sistema de Gestão Ambiental	* Instituída por Decreto *Princípio estabelecidos *Objetivos definidos *Expõe instrumentos *Institui um Sistema Integrado de Gestão Ambiental	*Política direta e sucinta, descrita em um parágrafo contemplando os requisitos da ISO 14001 (Modelo empresarial)

Quadro 3 - Estrutura das políticas ambientais das Universidades Federais do Brasil.
 Fonte: Dados da pesquisa.

As Políticas Ambientais encontradas possuem uma estrutura em comum, porém a da UFGD ainda carece de alguns aspectos que as políticas das outras universidades trazem, como os princípios, seus instrumentos de gestão e a instituição de um Sistema de Gestão Ambiental, no qual é uma das mais importantes ferramentas de gestão de uma instituição, seja ela pública ou privada.

O fato de possuir um Plano de Gestão e não um Sistema de Gestão de acordo com a ISO 14001 coloca a UFGD um passo atrás dos reais objetivos que a política ambiental tem em sua essência, demonstrando a necessidade de amadurecimento da UFGD, em relação ao seu planejamento voltado à Gestão Ambiental da Universidade.

5. CONCLUSÕES

O processo de criação da Política ambiental deve estar pautado na consciência ecológica da instituição e refletir toda a sua preocupação e compromisso com o meio ambiente. A partir da análise dos dados coletados foi observado que a visão da maioria das Universidades brasileiras sobre o conceito de “Política Ambiental” pode ser considerada ambígua, uma vez que confundem política ambiental com outras políticas internas e externas, ou até mesmo programas ambientais, o que foi um das dificuldades enfrentadas no trabalho. Das 56 Universidades Federais que participaram do estudo, apenas a FURG, UFAM, UFU, UFRGS e UFGD possuem uma política ambiental de acordo com ISO 14001, revelando um novo e crítico cenário da gestão ambiental em UF’s.

Essa visão genérica sobre a real definição de Política Ambiental demonstra a falta de conhecimento de algumas Universidades, impedindo que possam estabelecer sua real política ambiental e, assim, acabar com as possibilidades de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental.

Mostra também o nível de popularização do PLS, que pelo fato de ser um documento obrigatório em instituições públicas de acordo com o **Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012**, seu uso está bem comum e está sendo um instrumento norteador do planejamento ambiental de várias Universidades Federais do país, e de muitos outros órgãos públicos.

Isto evidencia e reforça a natureza da Política Ambiental em ser mais popular e envolvente no meio organizacional, estando distante da realidade de Instituições de Ensino Superior, tornando-as cada vez mais distante do Sistema de Gestão ambiental.

Apesar da política ambiental da UFGD atender de forma documental todos os requisitos que são propostos pela ISO 14001, a política apresenta alguns aspectos que devem ser observados como oportunidades de melhoria. É necessário uma revisão e uma adequação do seu documento, visando otimizar sua implantação e seu poder de ação voltado ao planejamento ambiental do campus, e também torná-lo mais abrangente, visando contemplar às questões étnicas e culturais, pelo fato de estar localizado em terras que abrigam populações indígenas e outros tipos de populações tradicionais.

Deve buscar também, criar um viés com o curso de Gestão Ambiental da universidade, visando aproveitar o olhar e o potencial dos acadêmicos do curso em relação ao planejamento ambiental do Campus. Além de empenhar-se para a consolidação de um Sistema Gestão Ambiental para a Instituição, bem como um planejamento mais eficaz para a realização dos seus objetivos propostos em sua Política.

Pelo fato de haver poucos estudos direcionados à temática sobre políticas ambientais em universidades federais do país, este se torna um trabalho de grande relevância podendo ter continuidade contemplando estudos de revisão e auditoria das ações propostas pela política, além de estimular outras pesquisas desta natureza que possam proporcionar cada vez mais informações sobre o planejamento e a gestão ambiental em Instituições de Ensino Superior do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ISO 14.001: Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso.* Rio de Janeiro, 2015.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 3ª Ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 set. 2016.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 07 ago. 2017.

_____. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art.3º da Lei nº 8.666/1993. Disponível em:<<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **ISO 14001 – Manual de implantação.** Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1998.

UFSC. Coordenadoria de Gestão Ambiental - CGA (2017). Disponível em: <http://gestaoambiental.ufsc.br/historico/>. Acesso em: 12 agosto. 2017.

DOS REIS, Camila Cardoso; MORAES, Jorge André Ribas. Proposta de elaboração de política ambiental para instituição de ensino superior – IES do sul do país. 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. Rio Grande do Sul. **Anais...** 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

MOURA, L. A. A. **Qualidade e gestão ambiental.** 4. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. 416p.

OLIVEIRA, Otávio José de; PINHEIRO; Camila Roberta Muniz Serra. Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 17, n. 1, p. 51-61, 2010.

OTERO, Gabriela Gomes Prol. **gestão ambiental em instituições de ensino superior: práticas dos campi da universidade de São Paulo.** Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.

REIS, Mauricio J. L. **ISO 14000 – Gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

RIBEIRO, Lauro André; BRESSAN, Lia Weigert; LEMOS, Maurício Ferrapontoff; DUTRA, Cleber Dutra; NASCIMENTO, Luis Felipe do. Avaliação de barreiras para implementação de um sistema de gestão ambiental na UFRGS. XXV ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO (ENESEP). Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005. ABEPRO 5048.

RODRIGUES, Jaqueline Fonseca, KÖPP, Nathalie Rodrigues; LIMA Isaura Alberton de; REIS, Dácio Roberto dos; OLIVEIRA, Ivanir Luiz de. Implantação do sistema de gestão ambiental segundo a NBR ISO 14001: uma pesquisa de campo em empresa do ramo metalúrgico. 4º ENCONTRO DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA DOS CAMPOS GERAIS. **Anais...** Agosto – 2008.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 Sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, E. L. DA, MENEZES, E. M.; **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 2005. 138p.– 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Meny Aparecida da; JUNIOR, Luiz das Graças do Carmo; SAINT'YVES, João Evangelista de Almeida. Implementação do sistema de gestão ambiental na empresa FL Brasil Ltda – um estudo de caso. ENESEP. 2001. **Anais...** Minas Gerais.

TAUCHEN, J. e BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão e Produção.** v.13, n.3, p.503-515, set.-dez. 2006.

TIBOR, Tom; FIELDMAN, Ira. **ISO 14000:** um guia para as normas de gestão ambiental. São Paulo: Futura, 1996.

UFGD. Resolução nº. 06 de 15 de fevereiro de 2013. Política Ambiental da UFGD. Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/divisao/divisao-gestao-ambiental/politica-ambiental-ufgd>. Acesso em: 03 julho. 2017

UNISINOS – SGA Unisinos. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/institucional/meio-ambiente/sga-unisinos>>. Acesso em: 15 agosto. 2017

VAZ, Caroline Rodrigues; FAGUNDES, Alexandre Borges; OLIVEIRA, Ivanir Luiz de, KOVALESKI, João Luiz; SELING Paulo Mauricio. Sistema de gestão ambiental em instituições de ensino superior: uma revisão. **GEPROS – Gestão da Produção, Operações e Sistemas** – Ano 5, nº 3, Jul-Set/2010, p. 45-58.